



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, conforme termo de convênio n.º 955383/2023/MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, conforme termo de convênio n.º 955383/2023/MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Trator agrícola, o km, ano de fabricação mínimo 2024, potência mínima de 75 cv, tração 4x4, motor diesel no mínimo 03 cilindros turbo,	Unid.	01	R\$ 228.399,59	R\$ 228.399,59



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	com redutor de velocidade inferior a (800 metros por hora), transmissão (reversor mecânico), com no mínimo 12 marchas à frente e 3 marchas à ré, tomada de força independente 540/750 e 1.000 rpm com acionamento eletro-hidráulico ou mecânico, levante hidráulico de 3 pontos (CAT II), capacidade mínima 3.600 kg, com contrapeso no mínimo 04 dianteiro e 04 traseiro com 25kg cada, estrutura de proteção (Rops e Fops) e toldo. rodados: dianteiro: 12.4/24 traseiro: 18.4/30.				
02	Pulverizador de barras de 600L. Pulverizador agrícola para engate no sistema de 3 pontos e acionamento pela TDP do trator (540 RPM) com as seguintes características: I) Tanque de calda com capacidade mínima de 600 Litros; II) Barras de pulverização com acionamento elétrico/hidráulico independente do trator (Trator possui Cabina), com no mínimo 12 metros de barra e altura de pulverização variando de 0,5 a 1,3 metros de altura; III) Barra de pulverização com assistência de ar para evitar deriva no momento das pulverizações; IV) Porta bicos duplo ou triplo, com sistema anti-gotejamento, espaçados de 50 cm, montados no mínimo dois conjuntos de bicos de cerâmica, sendo um jogo do tipo leque plano 110 020 com indução de ar e filtro de malha de 80 mesh e o segundo jogo do tipo duplo leque plano 110 020 e filtro de malha de 100 mesh, se houver possibilidade do terceiro jogo de bico, este deve ser cone vazio; V) Sistema hidráulico de agitação da calda e reservatório de água limpa; VI) Incorporador de defensivos e lavador de embalagens; VII) O equipamento deve estar equipado com Kit para agricultura de precisão composto por desligamento automático de barra (mínimo de cinco	Unid.	01	R\$ 42.416,89	R\$ 42.416,89



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	secções) e sistema elétrico / eletrônico para controlar a taxa de aplicação constante quando houver variação de velocidade. O pulverizador completo deve ser entregue com seus respectivos manuais de operação montado e pronto para uso.				
03	Perfurador de solo para ser acoplado ao trator agrícola, com potência mínima requerida 50 HP, construído com vigas tubulares de aço, chassi reforçado, com dispositivo para içamento de pesos, com no mínimo de duas brocas originais, sendo uma de 9 e a outra de 12, com no mínimo de 128 rpm da broca a 540 rpm da tdf do trator, com engate de 3º ponto com regulagem da altura, caixa redutora fundida, com dissipação de calor, redutor com rolamento cônicos e retentores, cardan rotativo reforçado e com protetor e regulagem para nivelamento, com peso aproximado de no mínimo 164 kg com a broca de 9 e com peso aproximado de no mínimo 172 kg com a broca 12.	Unid.	01	R\$ 12.669,98	R\$ 12.669,98
04	Carreta agrícola metálica basculante; 1. fabricação/modelo última série, novo. 2. sistema de iluminação/acessórios 2.1. sistema de sinalização faixas reflexivas, conforme legislação vigente. 3.0. outros elementos 3.1. adesivo da logomarca do programa sim, conforme modelo do programa 4.0. carreta agrícola 4.1. tipo de carroceria metálica 4.2. capacidade de carga kg 6.000 kg 4.3. tipo de chassi 2 eixos tandem 4 rodas 5. pneus 5.1 eixo dianteiros de série, da linha de montagem 5.2 eixo traseiros de série, da linha de montagem 6. sistema hidráulico 6.1 basculamento com cilindro hidráulico e tampas laterais removível e tampa traseira com abertura através do acionamento do basculamento sim 8. treinamento de operadores entrega técnica.	Unid.	01	R\$ 30.036,64	R\$ 30.036,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Total	R\$ 313.523,10
--------------	-----------------------

2.2. Valor total estimado para a contratação **R\$ 313.523,10 (trezentos e treze mil, quinhentos e vinte e três reais e dez centavos).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

2.6. Considerando que as especificações constantes no Termo do Convênio n.º 955383/2023/MAPA se mostram desatualizadas frente à evolução tecnológica do setor e às atuais demandas operacionais da Administração Pública, faz-se necessária a complementação dos requisitos mínimos para a aquisição do trator agrícola, de modo a assegurar a adequação técnica do equipamento às necessidades da Patrulha Agrícola Mecanizada.

2.7. Nesse contexto, a definição de requisitos mínimos atualizados visa garantir a aquisição de equipamento com desempenho compatível, maior eficiência operacional, durabilidade e segurança, observando-se, ainda, os princípios da economicidade, da vantajosidade e da padronização. A ausência de tais especificações complementares pode comprometer a efetividade da contratação, resultando na aquisição de equipamento obsoleto ou inadequado às atividades a serem desempenhadas.

2.8. Ademais, a complementação dos requisitos não configura restrição indevida à competitividade do certame, mas sim medida necessária para assegurar a qualidade mínima do objeto, em conformidade com o interesse público e com as diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável às contratações públicas. Ressalta-se que tais exigências deverão ser fixadas com base em critérios técnicos objetivos, amplamente praticados no mercado, de forma a permitir a participação de um número significativo de fornecedores.

2.9. Dessa forma, a atualização e complementação dos requisitos mínimos justificam-se como medida indispensável para garantir que o equipamento a ser adquirido atenda plenamente às necessidades da Administração, assegurando a adequada execução das atividades agrícolas e o atendimento eficiente aos produtores rurais do município.

2.10. Os requisitos mínimos complementares para a aquisição do trator agrícola foram estabelecidos com base em critérios técnicos atualizados, visando assegurar desempenho, durabilidade, eficiência operacional e adequação às atividades desenvolvidas no âmbito da Patrulha Agrícola Mecanizada, nos seguintes termos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Requisitos mínimos complementares para a aquisição do trator agrícola

Trator: O trator agrícola deverá ser novo, de primeiro uso, sendo exigido que seja do ano de fabricação corrente ou posterior à data da contratação, não sendo admitidos equipamentos recondicionados, remanufaturados, usados ou de estoque antigo (ano/modelo inferior), ainda que sem uso, de modo a garantir a atualidade tecnológica, maior vida útil e pleno atendimento às necessidades da Administração Pública.

Demais itens

Equipado com todos os itens de série, conforme catálogo comercial do produto.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto, referente à aquisição de trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola, constitui elemento essencial para assegurar a adequada gestão dos recursos públicos, observando não apenas a fase de aquisição, mas também todas as etapas relacionadas à utilização, manutenção, durabilidade e destinação final dos equipamentos. Tal abordagem está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, permitindo à Administração Pública avaliar de forma ampla os benefícios e custos associados ao investimento ao longo de sua vida útil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.3. Nesse contexto, o ciclo de vida do objeto compreende desde a fabricação e fornecimento dos equipamentos, passando pela operacionalização, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, suporte técnico e garantia, até sua eventual substituição ou descarte ambientalmente adequado ao término de sua utilização. A consideração desses fatores é fundamental para garantir que a contratação produza resultados duradouros, com máxima eficiência operacional e minimização de custos futuros para o erário.

4.4. O ciclo de vida dos equipamentos objeto da presente contratação deve ser compreendido de forma integral, considerando todas as fases que envolvem sua existência funcional no patrimônio público, desde a produção e aquisição até sua destinação final, com vistas à maximização da eficiência administrativa e à adequada gestão patrimonial.

a) Na fase inicial, referente à fabricação e fornecimento, exige-se que os equipamentos sejam novos, em linha de produção, certificados e em conformidade com normas técnicas, de segurança e qualidade aplicáveis, assegurando confiabilidade, desempenho e vida útil prolongada. A aquisição de bens com especificações técnicas adequadas reduz riscos de falhas prematuras, custos excessivos de manutenção e obsolescência precoce.

b) Durante a fase operacional, os equipamentos desempenharão funções estratégicas nas atividades de apoio ao setor agropecuário municipal, sendo utilizados em serviços de preparo do solo, pulverização, perfuração e transporte agrícola. Nessa etapa, a eficiência do ciclo de vida depende diretamente da correta utilização dos bens, da capacitação dos operadores e da adoção de rotinas de manutenção preventiva, fatores essenciais para preservar a funcionalidade, segurança e produtividade dos equipamentos.

c) A manutenção preventiva e corretiva representa etapa crucial do ciclo de vida, devendo incluir revisões periódicas, substituição de componentes sujeitos a desgaste, utilização de peças originais ou compatíveis e suporte técnico especializado. A existência de garantia contratual, assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças no mercado contribui significativamente para a redução do tempo de inatividade dos equipamentos e para o prolongamento de sua vida útil.

d) Sob o aspecto econômico, a consideração do ciclo de vida permite avaliar não apenas o custo inicial de aquisição, mas também despesas futuras relacionadas à operação, consumo de combustível, manutenção, seguros e depreciação, assegurando que a solução adotada seja financeiramente vantajosa a médio e longo prazo.

e) Ao término da vida útil, a Administração deverá observar procedimentos adequados para desfazimento, alienação ou descarte dos bens, em conformidade com a legislação patrimonial e ambiental vigente, priorizando práticas sustentáveis e a correta destinação de resíduos, componentes mecânicos e materiais potencialmente poluentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.5. Assim, a análise do ciclo de vida do objeto evidencia que a presente contratação não se restringe à simples aquisição patrimonial, mas envolve planejamento estratégico voltado à sustentabilidade operacional, eficiência econômica, responsabilidade ambiental e maximização do interesse público ao longo de toda a existência funcional dos equipamentos.

4.6. A consideração das etapas de aquisição, operação, manutenção, garantia, suporte técnico e destinação final permite à Administração Pública assegurar maior eficiência na gestão patrimonial, redução de custos operacionais futuros, prolongamento da vida útil dos equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados.

4.7. Além disso, a adoção de critérios relacionados à durabilidade, manutenção preventiva e sustentabilidade ambiental reforça o compromisso com os princípios da economicidade, eficiência e responsabilidade na administração dos bens públicos.

4.8. Portanto, verifica-se que a presente contratação atende não apenas à necessidade imediata de aparelhamento da infraestrutura rural municipal, mas também se consolida como solução estratégica de longo prazo, capaz de promover resultados operacionais consistentes, sustentabilidade institucional e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Da garantia de qualidade do objeto

4.9. A garantia de qualidade do objeto constitui elemento indispensável para assegurar que os equipamentos a serem adquiridos — trator agrícola, pulverizador de barras, perfurador de solo e carreta agrícola — atendam integralmente às especificações técnicas, operacionais e de desempenho estabelecidas no Termo de Referência, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

4.10. Nesse contexto, a exigência de garantia mínima de 12 (doze) meses, aliada à obrigatoriedade de assistência técnica especializada, visa resguardar a Administração Pública contra vícios de fabricação, defeitos de funcionamento, falhas estruturais ou quaisquer inconformidades que possam comprometer a adequada utilização dos bens durante sua fase inicial de operação.

4.11. Tal previsão contratual busca assegurar maior confiabilidade, durabilidade e continuidade operacional dos equipamentos, reduzindo riscos de prejuízos ao erário, interrupções nos serviços públicos e custos inesperados de manutenção corretiva, além de promover maior segurança na aplicação dos recursos públicos vinculados ao Termo de Convênio n.º 955383/2023/MAPA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.12. A garantia de qualidade dos equipamentos deverá assegurar que todos os bens fornecidos sejam novos, originais, em linha de fabricação e entregues em perfeitas condições de uso, observando integralmente as especificações técnicas mínimas, normas de segurança, padrões de desempenho e requisitos de qualidade definidos no processo licitatório e no respectivo Termo de Referência.

4.13. A previsão de garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, tem por finalidade proteger a Administração Pública contra defeitos de fabricação, falhas mecânicas, vícios ocultos, problemas estruturais ou qualquer irregularidade que comprometa o funcionamento adequado dos bens adquiridos. Durante esse período, a contratada deverá responsabilizar-se, sem ônus adicional para a Administração, pela reparação, substituição de peças, correção de falhas ou, quando necessário, substituição integral do equipamento, sempre que constatadas inconformidades não decorrentes de mau uso.

4.14. A assistência técnica especializada constitui obrigação complementar e essencial, devendo ser prestada por rede autorizada, qualificada e apta a fornecer suporte técnico eficiente, manutenção preventiva e corretiva, disponibilidade de peças de reposição e atendimento dentro de prazos razoáveis, minimizando paralisações operacionais e assegurando a continuidade dos serviços públicos.

4.15. Além disso, a exigência de assistência técnica visa garantir a sustentabilidade operacional dos equipamentos, preservando sua vida útil, segurança e desempenho, bem como reduzindo riscos de depreciação prematura do patrimônio público. A existência de suporte técnico adequado também favorece a economicidade da contratação, uma vez que previne custos elevados decorrentes de manutenções inadequadas ou indisponibilidade prolongada dos bens.

4.16. Do ponto de vista jurídico-administrativo, a cláusula de garantia e assistência técnica encontra respaldo nos princípios da eficiência, segurança da contratação e proteção ao patrimônio público, funcionando como mecanismo de mitigação de riscos e de responsabilização do fornecedor quanto à qualidade efetiva do objeto entregue.

4.17. Ademais, a garantia e o suporte técnico especializado contribuem para a continuidade operacional dos equipamentos, redução de riscos de paralisação, prolongamento da vida útil dos bens e maximização do retorno social e econômico do investimento público realizado.

4.18. Pelo exposto, verifica-se que a inclusão dessas exigências no processo de contratação atende plenamente aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, consolidando-se como instrumento essencial para garantir a efetividade, sustentabilidade e segurança da aquisição pretendida.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.19. O bem não compreende o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.20. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado por item e comprado em parcela única.

Do orçamento Sigiloso



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Do requisito geográfico

5.8. Para o Lote/Item 01 (trator agrícola) será condição de aceitação da proposta na fase de julgamento que a licitante providencie/comprove após a declaração de vencedora no certame, sob pena de desclassificação, a localização do local autorizado pelo fabricante que irá prestar a assistência técnica ao equipamento, contudo, a mesma deverá ser estabelecida em um raio de 100 (cem) quilômetros da Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, haja vista que a distância abrange diversos grandes centros urbanos, podendo a empresa se utilizar-se de aplicativos da internet para tal comprovação.

5.9. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.10. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “*vis-à-vis*” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.

5.11. Qualquer despesa de deslocamento do técnico responsável da CONTRATADA será de total responsabilidade da mesma, não havendo nenhum custo adicional para esta municipalidade



6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

6.1. Os equipamentos e implementos agrícolas objeto da presente contratação deverão ser integralmente novos, de primeiro uso, originais de fábrica, em linha regular de produção, não sendo admitidos bens reconicionados, remanufaturados, usados, adaptados ou provenientes de mostruário, devendo atender rigorosamente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, proposta vencedora e demais documentos integrantes do processo licitatório.

6.2. Todos os bens fornecidos deverão possuir padrão de qualidade reconhecido pelo mercado, observando normas técnicas oficiais aplicáveis, certificações obrigatórias, requisitos de segurança operacional, desempenho mecânico e conformidade ambiental, inclusive quanto à emissão de poluentes, quando exigível pela legislação vigente.

6.3. A contratada será integralmente responsável pela fabricação, fornecimento, transporte, entrega técnica, montagem, instalação, regulação inicial e testes operacionais dos equipamentos, garantindo seu pleno funcionamento nas condições exigidas pela Administração, sem quaisquer custos adicionais.

6.4. A entrega deverá ocorrer acompanhada de manuais técnicos, catálogos, certificados de garantia, documentos de procedência, notas fiscais, termos de assistência técnica e demais documentos necessários à comprovação da regularidade, autenticidade e conformidade dos bens.

6.5. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, conservação e apresentação, devidamente abastecidos quando aplicável para testes, montados, ajustados e prontos para operação, assegurando imediata verificação de conformidade por parte da Administração.

6.6. Fazem parte deste termo de referência, no que couber às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor.

6.7. No que couber deverá ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.8. A execução contratual deverá observar rigorosamente os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, qualidade, segurança e interesse público, sendo vedado o fornecimento de bens inferiores, incompatíveis ou em desacordo com as especificações licitadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.9. A contratada responderá civil, administrativa e contratualmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução contratual, defeitos nos equipamentos, omissões técnicas ou descumprimento das obrigações assumidas.

6.10. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, inspeções, testes, auditorias ou solicitações de comprovação técnica para verificar a qualidade dos bens fornecidos e o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

6.11. O equipamento deverá ser entregue com ano e modelo mais recentemente lançado pelo fabricante, licenciado, devendo estar equipado com os itens e acessórios exigidos na especificação acima, bem como outros indicados na legislação de trânsito.

Da entrega técnica

6.12. A CONTRATADA deverá realizar, no ato da entrega do equipamento, a entrega técnica assistida, compreendendo, obrigatoriamente, a apresentação completa do equipamento, com demonstração prática de funcionamento em condições reais de uso.

6.13. A entrega técnica deverá abranger, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) apresentação geral do equipamento e de seus componentes;
- b) demonstração de partida, operação e desligamento seguro;
- c) instruções quanto ao uso correto dos comandos e regulagens;
- d) orientações sobre manutenção preventiva e corretiva básica;
- e) recomendações de segurança durante a operação;
- f) esclarecimentos sobre consumo, abastecimento e tipo de combustível aplicável;
- g) indicação dos principais cuidados para preservação da vida útil do equipamento.

6.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional qualificado e devidamente capacitado para a realização da entrega técnica e do treinamento, responsabilizando-se integralmente pela clareza, suficiência e qualidade das informações prestadas.

6.15. Deverá ser realizado treinamento prático ao(s) operador(es) designado(s) pela Administração, com duração mínima de 01 (uma) hora, podendo ser estendido por período superior, caso necessário, até que seja verificada a plena aptidão do(s) participante(s) para o correto manuseio e operação do equipamento.

6.16. O treinamento deverá contemplar atividades práticas, incluindo a operação direta do equipamento pelo(s) operador(es), sob supervisão do instrutor, garantindo a assimilação adequada das instruções fornecidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.17. A CONTRATADA deverá assegurar que o treinamento inclua orientações sobre boas práticas de uso, prevenção de falhas, identificação de problemas operacionais comuns e procedimentos iniciais de correção.

6.18. Ao término da entrega técnica e do treinamento, deverá ser emitido Termo de Entrega Técnica, contendo a identificação do equipamento, data, local, nome do(s) participante(s) e assinatura das partes, atestando a realização dos serviços e a aptidão do(s) operador(es).

A entrega técnica e o treinamento deverão ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, estando todos os custos já incluídos no valor contratado.

Da assistência técnica

6.19. Para o Lote/Item 01 (trator agrícola) a assistência técnica do equipamento deverá ser em concessionária autorizada pelo fabricante, sendo assegurado ao município, no mínimo 02 (duas) revisões gratuitas sem ônus para a CONTRATANTE (peças, materiais e acessórios, mão de obra e deslocamento que se fizerem necessários, incluindo ainda quaisquer outras despesas inerentes à realização de revisões) como estabelecido no plano de manutenção do equipamento, que prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, elas ajudam a prolongar a durabilidade do equipamento e reduzem a ocorrência de problemas.

Da garantia

6.20. O equipamento deverá estar de acordo com as exigências do código de defesa do consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.21. Será condição para o pagamento do equipamento que a CONTRATADA encaminhe juntamente com a nota fiscal e demais documentos, termo de garantia do objeto da presente contratação, com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da nota fiscal.

6.22. Eventuais custos de transporte, estadia, alimentação ou outros necessários ao deslocamento dos técnicos bem como da remessa de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, durante todo o período de garantia, caso tais despesas não sejam cobertas pelo fabricante ou por sua rede de assistência técnica autorizada.

6.23. Durante o período de cobertura, a proteção segue as regras contidas no termo de garantia que acompanha o equipamento. A CONTRATADA responde pela qualidade do produto e arca com todos os reparos necessários. O dever da CONTRATADA é fornecer um



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

conserto definitivo, que elimine por completo os defeitos eventualmente surgidos, sem sujeitar o CONTRATANTE a deslocamentos sucessivos.

6.24. Se o problema foi constatado e levado ao conhecimento da CONTRATADA dentro do prazo de garantia, a assistência técnica fez o reparo, e, após o fim da cobertura contratual, o mesmo defeito reapareceu, a CONTRATANTE tem direito a exigir o reparo sem ônus.

6.25. A empresa deverá utilizar equipamentos originais e novos quando houver necessidade de substituição ou conserto das partes defeituosas do equipamento, exclusivamente dentro das especificações técnicas do fabricante.

6.26. Nesse caso o reparo foi malfeito ou ineficaz, entende-se que a CONTRATADA não cumpriu com sua obrigação de realizar um conserto de fato, mas apenas maquiou o problema até que expirasse a cobertura.

6.27. A falha mecânica não poderá decorrer do desgaste natural pela utilização normal do produto ao longo do tempo, nem de mau uso (a utilização fora dos padrões adequados) por parte do CONTRATANTE. Nessas duas situações, é o próprio CONTRATANTE que deve pagar pelo reparo, já que o que ocorreu na verdade não foi um defeito de fabricação.

Dos prazos e do local de fornecimento

6.28. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo **40 (quarenta) dias**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da CONTRATADA, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE.

6.29. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:

a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná (ou outro local adequado conforme disponibilidade).

6.30. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

Das Alterações

6.31. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. O fornecimento deverá ser ocorrer no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade CONTRATANTE na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do CONTRATANTE e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.

8.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Habilitação Técnica (Art. 67. Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF **ou** certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
631	08.014.20.606.0111.2.107.4.4.90.52.00.00.	31856

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 15 de abril de 2026.

Cristiano da Silva Stapait
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio
Ambiente e Turismo